

**UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ADEQUAÇÃO DAS ENTIDADES DE CAPITAL ABERTO COM RELAÇÃO À
DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INTERMEDIÁRIA AO CPC 21**

ELISANGELA SOUSA SILVA RIBEIRO

Orientadora: Prof.^a Ma. ELIENE APARECIDA DE MORAES

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Contábeis da UniRV – Universidade de Rio Verde, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

RIO VERDE - GOIÁS

2015

**UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ADEQUAÇÃO DAS ENTIDADES DE CAPITAL ABERTO COM RELAÇÃO À
DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INTERMEDIÁRIA AO CPC 21**

ELISANGELA SOUSA SILVA RIBEIRO

Orientadora: Prof.^a Ma. ELIENE APARECIDA DE MORAES

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Contábeis da UniRV – Universidade de Rio Verde, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

RIO VERDE - GOIÁS

2015

R368a RIBEIRO, Elisangela Sousa Silva.
Adequação das entidades de capital aberto com relação à divulgação da demonstração contábil intermediária ao CPC 21 / Elisangela Sousa Silva Ribeiro. - Rio Verde. - 2015.
52 f.

Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação) apresentado a Universidade de Rio Verde – UniRV - Faculdade de Ciências Contábeis, 2015.
Orientadora: Prof.^a. Ma. Eliene Aparecida de Moraes.

1. Divulgação. 2. Demonstrações Contábeis Intermediárias. 3.
Empresas.

CDU: 657:377.5



UniRV
Universidade de Rio Verde

UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TERMO DE APROVAÇÃO DA MONOGRAFIA OU ARTIGO

**UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

TERMO DE APROVAÇÃO

Adequação das entidades de capital aberto com relação a divulgação da demonstração contábil intermediária ao CPC 21

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo acadêmico Elisangela Sousa Silva Ribeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado em 30 de novembro de 2015 pela banca examinadora constituída por:

Prof. Ma. Eliene Aparecida de Moraes

Prof. Ma. Débora Ferguson

Prof. Esp. Gizele Fernandes Almeida

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda minha família, a meu esposo Carlos Aparecido Ribeiro, minha filha Gabriely Silva Ribeiro, meus pais João Neves da Silva e Jucelia de Sousa Silva, por terem me dado forças a cada dia para continuar os estudos e conquistar mais este sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por dar-me forças e perseverança para seguir em frente e não desistir nos momentos mais difíceis.

Agradeço ao meu pai, João Neves Da Silva e minha mãe Jucelia de Sousa Silva, pelos momentos que quis trancar a matrícula do curso, porém eles me deram o maior apoio e ajuda financeira.

Agradeço a meu esposo Carlos Aparecido Ribeiro por ter sido meu companheiro durante esses quatro anos em que não estive presente a seu lado, mas fiz o possível para estar em algumas situações.

A minha filha Gabriely Silva Ribeiro, mesmo com as reclamações em relação a minha ausência, em várias circunstâncias, como: Não passear com ela. Houve um momento, em que dela disse não ter mais mãe, ao longo desses quatro anos de estudos.

No geral agradeço a todos os meus familiares, pois sem exceções apoiaram-me e ajudaram-me a alcançar este sonho.

Agradeço a minha orientadora Prof.^a Ma. Eliene Aparecida de Moraes, por sua paciência e dedicação ao ajudar-me, mesmo com as entregas fora do prazo para correções e todas as minhas dificuldades em entender as orientações por ela passadas.

Agradeço a todos os professores que me engrandeceram, com informações que serão muito importantes para minha carreira profissional, agora só depende de mim saber utilizá-las da melhor forma possível.

E por último, mas não menos importante; agradeço a todos os meus colegas de sala que em vários momentos ajudaram-me a sanar algumas dúvidas, na verdade eles são mais do que colegas de sala, nos tornamos uma família, sentirei falta de cada um, sem exceções.

RESUMO

RIBEIRO, Elisangela Sousa Silva. **Adequação das entidades de capital aberto com relação à divulgação da demonstração contábil intermediária ao CPC 21**. 2015. 52p. Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação em Ciências Contábeis) – UniRV- Universidade de Rio Verde, Rio Verde, 2015.♦

As informações contidas nas demonstrações contábeis intermediárias se tornam relevantes para o usuário da informação, porque elas têm como propósito, agregar fatos ocorridos antes do encerramento do próximo exercício, proporcionando aos usuários da informação uma atualização de novos fatos ocorridos na entidade, após o término do exercício mais recente. Observando a relevância desta informação, esta pesquisa foi realizada para que se pudesse analisar adequações das entidades de capital aberto com relação à divulgação da demonstração contábil intermediária ao CPC 21 listadas na BM&FBOVESPA, sendo analisado os trimestres de dois anos, sendo o ano de 2013 e o ano de 2014 de 63 empresas selecionadas para a amostra. No decorrer desta pesquisa foram analisadas 378 notas explicativas e 378 demonstrações contábeis financeiras dos anos de 2013 e 2014, e conforme os dados levantados por meio desta pesquisa mostram que no ano de 2013, o 3º trimestre foi o que mais divulgou as informações de acordo com o CPC 21, com uma média de divulgação de 53,91% e no ano de 2014 o trimestre que mais divulgou tais informações foi o 2º trimestre com uma média de 54,95%. A metodologia utilizada foi qualitativa-quantitativa, a qual foi constituída por pesquisa bibliográfica, seguido pelo método de abordagem dedutivo e coleta de dados classificado como indireta. estas demonstrações poderão ser divulgadas semestralmente ou trimestralmente, as mesmas poderão ser um conjunto completo das demonstrações contábeis ou demonstrações condensadas e notas explicativas. Mas conforme está descrito no CPC 21, as empresas não estão obrigadas a divulgar e nem publicar suas demonstrações intermediárias, mas a outros órgãos que exijam que as empresas de capital aberto divulguem, como por exemplo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Palavras-Chave: Divulgação, Demonstrações Contábeis Intermediárias, Empresas.

♦ Banca Examinadora: Prof.^a Ma. Eliene Aparecida de Moraes – UniRV (Orientadora); Prof.^a Ma. Débora Ferguson – UniRV; Prof.^a Gizele Fernandes Almeida – UniRV.

ABSTRACT

RIBEIRO, Elisangela Sousa Silva. **Adequacy of the entity open capital listed in relation to the disclosure of the interim financial report to CPC 21.** 2015. 52p. Work of Conclusion Course II (Graduation in Accountant Sciences) – UniRV- University of Rio Verde, Rio Verde, 2015.♦

The information contained in the intermediate financial statements become relevant for the user of the information, because they are intended, to add the facts before the end of next exercise, providing users with most recent the information an update of new events in the organization, after the latest exercise. Noting the relevance of this information, this research was conducted so that we can analyze the adequacy of publicly listed entities in relation to the disclosure of the intermediate financial statement to CPC 21 listed on the BM & FBOVESPA, being analyzed the quarters of two years, the year 2013 and the year 2014 of 63 companies selected for the sample. During this study were analyzed 378 explanatory notes and 378 financial statements for the years 2013 and 2014, and according to data collected through this research show that in 2013, the 3rd quarter was which most released the information in accordance with CPC 21, with an average of disclosure of 53.91% and in 2014 the quarter more reported such information was the 2nd quarter with an average of 54.95%. The methodology was qualitative and quantitative, which was consisted by a bibliographic research, followed by the deductive method of approach and the data collection was classified as indirect. These statements may be disclosed quarterly or biannually they may be a complete set of financial statements or condensed explanatory notes. But as described in CPC 21, companies are not required to disclose or not publish their intermediate statements, but there are other organs that require publicly traded companies to disclose, such as the Commission of Mobile Values (CVM).

Keywords: Disclosure, Intermediate Accounting Statements, Companies.

♦ Examining board: Teacher Ma. Eliene Aparecida de Moraes – UniRV (Advisor); Teacher Ma. Débora Ferguson – UniRV; Teacher Gizele Fernandes Almeida – UniRV.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 *Ranking* de divulgação dos 12 quesitos analisados, conforme o CPC 2142

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Empresas componentes da amostra.....	35
QUADRO 2	Quesitos elaborados para a coleta de dados	36
QUADRO 3	Percentual de Informações divulgadas nas notas explicativas e demonstrações contábeis financeiras durante os trimestres de 2013 e 2014	38
QUADRO 4	Percentuais para classificação da divulgação por quartis	43
QUADRO 5	Classificação do nível de divulgação das empresas referentes aos quartis.....	44

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	<i>Ranking</i> das 10 empresas com menores níveis de divulgações.....	41
TABELA 2	<i>Ranking</i> das 17 empresas com melhores níveis de divulgações.....	42

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BACEN – Banco Central do Brasil
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CMN – Conselho Monetário Nacional
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
IAS – *International Accounting Standards*
IASB – *International Accounting Standards Board*
IASC – *International Arctic Science Committee*
IFT – Informações Financeiras Trimestrais
BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros
BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo
DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas
ITR's – Informações Trimestrais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Contextualização	13
1.2 Problema de pesquisa	14
1.3 Objetivo geral	14
1.4 Objetivos específicos	14
1.5 Delimitação da pesquisa	14
1.6 Justificativa e relevância.....	14
2 PLATAFORMA TEÓRICA.....	18
2.1 Divulgação de informação contábil.....	18
2.3 Demonstração contábil intermediária.....	21
2.4 Conteúdo da demonstração contábil intermediária	23
2.4.1 Componentes mínimos da demonstração contábil intermediária de acordo com o CPC	21
.....	24
2.4.2 Forma e conteúdo da demonstração contábil intermediária	24
2.4.3 Eventos e transações significativos	25
2.4.4 Outras divulgações	26
2.4.5 Divulgação em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do CPC	27
2.4.6 Períodos para os quais demonstrações contábeis intermediárias devem ser apresentadas	27
2.4.6.1 Entidades que divulgam e publicam demonstrações contábeis intermediárias semestralmente e trimestralmente	28
2.4.7 Materialidade	28
2.4.8 Divulgação das demonstrações contábeis anuais	29
2.4.9 Reconhecimento e mensuração	30
2.4.10 A importância da demonstração contábil intermediária para os usuários	31
3 PROCEDER METODOLÓGICO	33
3.1 Classificação da pesquisa	33
3.2 Universo, amostra e período da pesquisa	34

3.3 Instrumento de coleta de dados	36
3.4 Análises de dados	37
4 RESULTADOS E ANÁLISES DE DADOS	38
4.1 Percentual das informações que foram divulgadas conforme as demonstrações intermediárias (CPC 21)	38
4.2 Porcentagem de divulgação dos quesitos	42
4.3 Classificação do Percentual de Divulgação por Quartis.....	43
5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O IAS 34 (*Internacional Accounting Standards*) que aborda as normas contábeis sobre as demonstrações contábeis intermediárias; trata-se da norma internacional elaborada para a divulgação das informações mínimas, as quais deverão conter num relatório financeiro intermediário e determinar os princípios de reconhecimento e mensuração nas demonstrações contábeis, conforme as normas de contabilidade. O IASB (*Internacional Accounting Standards Board*) é o órgão responsável pela aprovação, interpretação, elaboração e publicação das (IFRS) *Internacional Financial Reporting Standards* e das (IAS) *Internacional Accounting Standards*, ou seja, das normas internacionais de contabilidade (BUENO; MACEDO; OLIVEIRA, 2014).

Segundo Bueno, Macedo e Oliveira (2014), o CPC 21 (2011), que trata das Demonstrações Intermediárias no Brasil foi elaborado a partir do IAS 34, este tipo de demonstração é conhecido no mercado de capital aberto brasileiro como demonstrações semestral ou trimestral.

Conforme o CPC 21 (2011), a demonstração contábil intermediária tem como objetivo, informar aos usuários da informação contábil, a situação econômica, financeira e patrimonial da entidade, devendo ser disponibilizada pelo menos semestralmente e deverá ser disposta em até 60 dias após o fim do período intermediário (semestral ou trimestral).

A demonstração contábil intermediária deverá conter no mínimo as seguintes demonstrações contábeis condensadas: Balanço Patrimonial condensado, Demonstração condensada do Resultado Abrangente (DRA), Demonstração condensada do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração condensada do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração condensada das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas selecionadas (CPC 21, 2011). De acordo com as informações anteriormente descritas, percebe-se que a demonstração intermediária é um instrumento importante na informação contábil para os usuários, pois uma informação bem elaborada poderá auxiliá-los na tomada de decisão, haja vista, que existe um período longo entre a publicação de demonstrações contábeis anuais, e os usuários precisam tomar decisões neste período. E as demonstrações intermediárias vêm suprir

essa falta de informação entre o período de divulgação de um conjunto de demonstrações contábeis anuais e outro.

1.2 Problema de pesquisa

As empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa estão divulgando suas demonstrações contábeis intermediárias conforme o CPC 21?

1.3 Objetivo geral

Identificar o percentual de divulgação das demonstrações intermediárias das empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa conforme o CPC 21.

1.4 Objetivos específicos

- Demonstrar a importância da apresentação das demonstrações contábeis intermediárias;
- Apresentar o conteúdo das demonstrações contábeis intermediárias;
- Discorrer sobre o reconhecimento e mensuração nas demonstrações contábeis anuais;
- Levantar o percentual de divulgação de informações conforme CPC 21.

1.5 Delimitação da pesquisa

Este estudo delimita-se ao estudo da divulgação de informações contábeis durante os anos de 2013 e 2014 das companhias brasileiras de capital aberto listadas na BM&FBovespa.

1.6 Justificativa e relevância

Conforme o CPC 21 (2011), as entidades não estão obrigadas a divulgar ou publicar suas demonstrações contábeis intermediárias, e não determina com qual frequência ou prazo, após o encerramento do período intermediário, estas devem ser divulgadas. Mas o governo federal, órgãos reguladores de mercado de capitais (Conselho Monetário Nacional, Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários), bolsa de valores (BM&FBovespa) e órgãos

contábeis (Conselho Federal de Contabilidade e Comitê de Pronunciamentos Contábeis), solicitam que as entidades que negociam títulos de dívida ou patrimonial publicamente, divulguem e publiquem suas demonstrações contábeis intermediárias. Os gestores, administradores, clientes, entre outros necessitam cada vez mais das demonstrações contábeis intermediárias, por interesse da tempestividade para que possa auxiliá-los na tomada de decisões durante o período intermediário entre a divulgação das demonstrações contábeis anuais de um ano e outro.

O usuário poderá observar o desenvolvimento econômico e financeiro da entidade durante o período intermediário, que corresponde a um período inferior ao exercício social completo, comparando a demonstração intermediária com a última demonstração contábil anual.

De acordo com CPC 21 (2011), a fato de os investidores e credores almejem as informações contábeis intermediárias ocorre porque proporciona informações com as atualizações das informações contidas nas demonstrações contábeis anuais, e também obtêm conhecimentos da demonstração de novas atividades e novos eventos que ocorreram em períodos intermediários.

Se os investidores e credores não tiverem o conhecimento das informações contábeis intermediárias poderão tomar suas decisões de acordo os dados informados nas demonstrações contábeis anuais, com isso, estes investidores e credores não terão o conhecimento das novas atividades e novos eventos ocorridos durante o período intermediário, sendo assim as decisões podem ser tomadas de forma equivocada, ou seja, poderão ter uma perda de capital dependendo das novas informações contidas nas demonstrações contábeis intermediárias.

A realização desta pesquisa proporcionará mais conhecimentos aos órgãos reguladores, com relação às entidades que estão divulgando suas demonstrações contábeis intermediárias (trimestrais ou semestrais) de acordo com o CPC 21, demonstrando o percentual de empresa que estão divulgando, conforme os resultados alcançados por intermédio da contribuição desta pesquisa, com isso terão possibilidade de atualizar e até mesmo melhorar suas normas a respeito do assunto.

Após ampla pesquisa na literatura nacional com relação às demonstrações contábeis intermediárias (trimestrais ou semestrais), não foram encontradas pesquisas que abordassem este assunto, correlacionado ao CPC 21. Um dos prováveis motivos para não ter pesquisa realizada sobre o tema no Brasil pode ser o fato do CPC 21 ser optativo, no entanto, diante da relevância da divulgação de informações intermediárias, considera-se de importância a realização de pesquisa neste sentido, sendo esta pioneira no Brasil. No entanto, foram

identificadas duas pesquisas realizadas nos anos 2011 e 2014, porém tratando sobre a IAS 34, como segue.

No artigo de Nascimento *et al.* (2011), foram analisados o grau de aderência das empresas de capital aberto com relação às notas explicativas intermediárias, verificando se as mesmas estão de acordo com a IAS 34, identificando se estão sendo claras, úteis e com fins de atualização, ausentes de repetições de informações já contidas nas demonstrações anuais.

Nascimento *et al.* (2011), analisou uma amostra de 19 empresas listadas na BM&FBOVESPA em 2009, sendo coletados e comparados 38 relatórios (19 DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas referentes ao ano de 2009 e 19 ITR's – Informações Trimestrais referentes ao primeiro trimestre de 2010). Foram levantados os seguintes percentuais: 14% da amostra apresentaram suas notas explicativas em conformidade com o disposto na norma IAS 34, ou seja, somente 3 empresas estão em conformidade, os 86% da amostra não apresentaram suas notas explicativas em conformidade com o IAS 34.

Bueno, Macedo e Oliveira (2014) abordam em seu artigo, a importância da norma emitida pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e discorre também, sobre a adaptação do Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC), que é o órgão que traduz as normas internacionais no Brasil, e ainda segundo o artigo de Bueno, Macedo e Oliveira (2014), os profissionais contábeis têm dificuldades para se adequar as novas convergências vindas das normas internacionais de contabilidade, mas abordando principalmente práticas adotadas no Relatório Financeiro Intermediário conforme as normas da IAS 34.

Já esta pesquisa tratará exclusivamente da norma brasileira de contabilidade CPC 21, esta norma é a tradução do IAS 34 no Brasil, verificando o quanto as empresas de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA estão divulgando em conformidade com as exigências expostas no CPC 21.

Esta pesquisa buscará mais conhecimentos acerca do tema em questão, e assim compartilhar estes conhecimentos com os usuários da informação contábil intermediária, para que possa ser útil como fonte para novas pesquisas que serão realizadas futuramente. Seu objetivo é analisar se as entidades de capital aberto estão divulgando suas demonstrações contábeis de acordo com o CPC 21 (2011) e quantas divulgam.

Torna-se relevante este trabalho porque trará esclarecimentos acerca dos métodos de elaboração, os períodos que a demonstração intermediária deverá ser divulgada e publicada, após a demonstração anual e orientar sobre os benefícios que esta demonstração poderá trazer para entidade, quando divulgadas as informações coerentes, já para a sociedade, credores, investidores, entre outros, a demonstração contábil intermediária trará informações a cada três

meses (31/03; 30/06 e 30/10), de maneira tempestiva e clara da situação financeira da entidade, auxiliando os usuários externos e internos na tomada de decisões.

Assim, além dos conhecimentos mencionados no parágrafo anterior, a pesquisa trará os percentuais de divulgação pelas empresas em conformidade com o CPC 21, demonstrando a preocupação das empresas em nutrir seus usuários com informações atualizadas no período intermediário.

2 PLATAFORMA TEÓRICA

2.1 Divulgação de informação contábil

Existem dois tipos de usuários da informação contábil que é o usuário externo e interno, consideram-se, como pertencentes ao grupo de usuários externos, os acionistas e instituições financeiras, os fornecedores e o órgão oficial da União, Estado ou Distrito Federal, os usuários internos são os gestores das empresas, que se utilizam destas para a tomada de decisão (NASCIMENTO; REGINATO, 2008)

Os investidores (acionistas e instituições financeiras) necessitam das informações contábeis, para auxiliá-los na tomada de decisão com relação a compra e venda de seus investimentos, e também por meio destas informações podem avaliar se a entidade tem a capacidade de pagar os dividendos (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Para Nascimento e Reginato (2008), os fornecedores necessitam de informações que lhes permitam conhecer a situação da empresa no curto prazo, na expectativa do recebimento das suas dívidas, no longo prazo, para que eles possam planejar para a realização de seus investimentos, cujas rentabilidades podem depender da continuidade da relação entre cliente e fornecedor, identificando-se assim os riscos que poderão afetar suas próprias operações financeiras.

O governo tem interesse nas informações contábeis para regulamentar e controlar os mercados e as relações a eles inerentes (NASCIMENTO; REGINATO, 2008). Estabelecer as políticas fiscais e também pode determinar a renda nacional (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Dessa forma estes usuários externos da informação contábil poderão avaliar a situação de uma determinada empresa e responderem a si próprios se investir nela pode ser ou não um negócio promissor, por meio de demonstrações contábeis e financeiras (NASCIMENTO; REGINATO, 2008).

O CPC 26 (2011) traz um conjunto completo: Balanço patrimonial ao final do período; (DRE) demonstração do resultado do período; (DRA) demonstração do resultado abrangente do período; (DMPL) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período; (DFC)

demonstração dos fluxos de caixa do período; (DVA) demonstração do valor adicionado, se exigido legalmente por algum órgão regulamentador e notas explicativas.

Em conformidade com a Lei nº 6.404/76, no balanço patrimonial, as contas serão classificadas conforme os elementos do patrimônio forem registrados e agrupados para que possam facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa, ou seja, no ativo as contas serão classificadas de acordo com o seu grau de liquidez, ativo circulante e ativo não circulante. No passivo as contas serão classificadas nos grupos de passivo circulante e não circulante e no patrimônio líquido que se divide em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados, dessa forma poderá evidenciar a situação financeira e patrimonial da empresa.

A DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) é a demonstração contábil que tem como objetivo evidenciar a situação econômica e financeira da entidade, ou seja, ela apura o lucro ou prejuízo (FERRARI, 2003).

A DRA (Demonstração do Resultado Abrangente) apresenta os resultados abrangentes que para Marion (2012), o resultado abrangente é a transformação no patrimônio líquido da empresa a partir de eventos que os sócios realizam fora do papel de proprietário da empresa, ela pode ser apresentada de três maneiras, pode ser a continuação da DRE, ser uma coluna na Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido (DMPL) ou como um relatório próprio, e neste caso em sua primeira linha deverá comear com o resultado do período.

A Demonstrac o da Mutação do Patrim nio Líquido (DMPL) tem como objetivo principal de evidenciar a destinação e as alterac es ocorridas na conta de Lucro ou Prejuízos Acumulados no resultado do exercício (FERRARI, 2003).

O CPC 03 (2010)   o pronunciamento que trata sobre a Demonstrac o do Fluxo de Caixa (DFC), nele fala que esta demonstrac o deverá apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, investimento e de financiamento (CPC 03, 2010). Marion (2012) diz que a DFC   uma forma condensada, que indica a origem de todo o dinheiro que entrou ou saiu do caixa em um determinado período.

De acordo com o CPC 09 (2008), que trata sobre a Demonstrac o do Valor Adicionado (DVA), demonstra que valor adicionado mede a riqueza gerada pela a empresa. A Lei n  11.638/07 torna as empresas de capital aberto obrigadas a elaborarem e divulgar a DVA (MARION, 2012).

As Notas Explicativas conforme a Lei n  11.941/09, devem informar a base que as demonstrac es contábeis foram preparadas e as práticas contábeis especificadas e aplicadas para os negócios e eventos significativos, deverão apresentarem também, as informações

exigidas pela prática contábil adotada no Brasil, se acaso, estas informações não estiverem sido apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras, deverão fornecer informações adicionais de fatos que não estiverem evidenciados nas próprias demonstrações financeiras.

Conforme a Estrutura Conceitual CPC 00 (2011), as demonstrações contábeis financeiras deverão ser relevantes e fidedignas, e estas informações contidas nestas demonstrações financeiras serão enriquecidas, se as mesmas forem: Comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.

Relevância é a informação contábil financeira que é capaz de fazer a diferença na tomada de decisões dos usuários, e a representação fidedigna é representar os fatos verdadeiros, sendo: Completa, neutra e livre de erros (ESTRUTURA CONCEITUAL CPC 00, 2011).

2.2 Divulgação obrigatória e divulgação voluntária

Para Moraes (2014), existem duas formas de divulgação da informação, sendo elas: informação obrigatória e informação voluntária, de forma a atenderem as necessidades de diversos tipos de usuários da informação contábil. As informações obrigatórias são aquelas regulamentadas por normas e leis que obrigam as entidades a divulgá-las, já as informações voluntárias são aquelas informações adicionais divulgadas conforme a vontade da empresa.

Conforme o CPC 26 (2011) são itens de divulgação obrigatória, o balanço patrimonial, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa, demonstração do resultado do período e do resultado abrangente e as notas explicativas.

De acordo com a Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/2007, se a entidade for de capital aberto terá que incluir em suas demonstrações contábeis a demonstração do valor adicionado, para as demais entidades a demonstração do valor adicionado poderá ser apresentada voluntariamente.

As entidades visando buscar mais investidores para entidade e aumentar o nível de confiança no mercado, sobretudo atender os usuários mais exigentes, passaram a divulgar informações adicionais sobre a gestão empresarial, responsabilidade social e ambiental, indo além das informações obrigatórias (VAZ *et al.*, 2010).

Sendo assim, tanto a informação obrigatória quanto à informação voluntária, são elaboradas para atender, de forma mais ampla, as necessidades dos usuários da informação contábil.

Partindo deste pressuposto, o CPC 21 (2011), não define quais entidades terão que publicar e divulgar suas demonstrações intermediárias, tornando assim, as demonstrações voluntárias, mas por outro lado o governo federal, órgãos reguladores de mercado (Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários), bolsa de valores (BM&FBOVESPA) e órgãos contábeis (Conselho Federal de Contabilidade e Comitê de Pronunciamentos contábeis), requerem que as empresas que negociam títulos de dívidas ou patrimoniais publicamente, ou seja, as empresas de capital aberto divulguem demonstrações contábeis intermediárias (CPC 21, 2011).

No entanto, as demonstrações contábeis intermediárias são obrigatórias, e devem ser divulgadas no período intermediário, trimestral ou semestral, com intuito de fornecer uma atualização das informações contábeis que são publicadas através do conjunto de demonstrações contábeis anuais. Ressaltando que são obrigatórias somente quando houver um dispositivo legal que torne sua divulgação obrigatória, como é o exemplo das companhias de capital aberto.

Sendo assim, a informação intermediária irá complementar os fatos que ocorreram após as demonstrações anuais no decorrer do ano seguinte da última demonstração anual, ou seja, a cada trimestre (março, junho e setembro) o profissional da contabilidade irá agregar novas informações relevantes ocorridas durante o período intermediário.

2.3 Demonstração contábil intermediária

Para Bueno, Macedo e Oliveira (2014), o IAS 34 que trata sobre relatório financeiro intermediário, foi elaborado em agosto de 1997, sua primeira versão de publicação foi publicada pelo IASC em fevereiro de 1998, passando a vigorar a partir de 1 de janeiro de 1999, estabelecendo as condições legais para divulgação e mensuração do relatório financeiro intermediário.

O CPC 21 (2011) é a adaptação do IAS 34 no Brasil, foi aprovado em 26 de junho de 2009, pelos membros do pronunciamento técnico (CPC) e aprovado pela resolução CFC nº 1.055/05 (CPC 2011).

Outro órgão que regulamenta sobre as demonstrações contábeis intermediárias é a Comissão de Valores Mobiliários através da Deliberação CVM nº 673 (2011), que obriga as entidades de capital aberto a divulgar as demonstrações contábeis intermediárias.

Através da circular nº 2.990, de 31 de março de 2001, o Banco Central do Brasil estabeleceu a obrigatoriedade das entidades financeiras em elaborar as informações financeiras trimestrais, incluindo o documento de Informações Financeiras Trimestrais (IFT).

As demonstrações contábeis intermediárias deverão conter um conjunto de demonstrações completas ou demonstrações condensadas e notas explicativas de período intermediário, ou seja, demonstração contábil intermediária é um resumo da demonstração contábil anual, com o complemento de novas informações e fatos ocorridos após o fechamento do exercício, tendo o objetivo de demonstrar o conteúdo mínimo e o princípio para reconhecimento e mensuração da demonstração condensada ou completa de período intermediário, para que os usuários entendam a capacidade financeira, patrimonial e econômica da entidade, auxiliando-os na tomada de decisões (CPC 21, 2011).

O período de divulgação da demonstração intermediária deverá ser pelo menos semestralmente, sendo fornecida em até 60 dias após o final do período intermediário, ou seja, o 1º trimestre (janeiro a março) deverá ser divulgado até 15 de maio, o 2º trimestre (abril a junho) será divulgado até 15 de agosto e o 3º trimestre (julho a setembro) divulgado até 15 de novembro. Esta demonstração deverá ser divulgada para que possa melhorar o conhecimento dos credores, dos investidores e os demais usuários das informações, com relação à capacidade de a entidade gerar lucros e sua condição financeira, durante os períodos intermediários (CPC 21, 2011).

A demonstração contábil anual deverá apresentar um conjunto completo das demonstrações contábeis que devem estar em conformidade com o CPC 26 (2011), publicando e divulgando todos os fatos ocorridos durante o período, expondo com clareza a situação patrimonial da entidade e as mutações ocorridas no exercício (BRASIL, 1976).

Já demonstração contábil intermediária é um pouco diferente, pois ela irá apresentar um conjunto de demonstrações condensadas e notas explicativas que deverão estar em conformidade com o CPC 21 (2011), pois não há a necessidade de divulgar e publicar todas as informações contidas nas demonstrações contábeis anuais, mas deverá obedecer a mesma política contábil das demonstrações contábeis anuais, e deverá informar as novas informações financeiras e econômicas da entidade ocorridas no período intermediário (CPC 21, 2011).

Os investidores buscam as informações contábeis intermediárias por estas lhes proporcionar conhecimentos das novas atividades e novos eventos que ocorrerem no patrimônio da entidade e as mutações que ocorreram no período intermediário (CPC 21, 2011).

2.4 Conteúdo da demonstração contábil intermediária

Conforme o CPC 26 (2011) o conjunto completo de demonstrações contábeis a serem apresentadas no mínimo anualmente, engloba o balanço patrimonial ao final do período, a demonstração do resultado do período e abrangente do período, a demonstração das mutações do patrimônio líquido do período, demonstração do fluxo de caixa do período e a demonstração do valor adicionado do período.

De acordo com o CPC 26 (2011), o conjunto de demonstrações contábeis completo deverá conter também, as notas explicativas com o resumo das políticas contábeis significativas e com outras informações explicativas consideradas relevantes.

O conjunto de demonstrações contábeis completo deverá apresentar também, o balanço patrimonial do início do período mais antigo, comparativamente com o período atual, quando a entidade aplica uma política contábil retrospectiva ou quando proceder à republicação ou a reapresentação e a reclassificação de itens das demonstrações contábeis, CPC 26 (2011).

A demonstração do valor adicionado do período irá fazer parte das demonstrações completas, se acaso, for exigido legalmente por algum órgão regulador ou mesmo apresentado voluntariamente (CPC 26, 2011).

A Lei 11.638/07 esclarece que as companhias de capital aberto estão obrigadas a divulgarem as demonstrações do valor adicionado, ao final de cada exercício social.

No CPC 21 (2011), fala que por interesse de tempestividade das informações e por considerações de custo, para evitar repetições, as demonstrações contábeis intermediárias são condensadas, ou seja, podem divulgar menos informações em suas demonstrações intermediárias do que em suas demonstrações anuais.

Este pronunciamento não proíbe e nem desencoraja as entidades de divulgarem ou publicarem o conjunto das demonstrações contábeis completas durante os relatórios do período intermediário, no lugar das demonstrações condensadas e das notas explicativas selecionadas (CPC 21, 2011).

Ainda conforme o CPC 21 (2011), as entidades não estão proibidas de incluírem em suas demonstrações intermediárias informações além dos itens mínimos ou notas explicativas selecionadas, de acordo com o CPC 21.

Abaixo serão tratados os itens que devem conter nas demonstrações contábeis intermediárias.

2.4.1 Componentes mínimos da demonstração contábil intermediária de acordo com o CPC 21

Demonstrações contábeis condensadas são resumos das demonstrações completas anuais. Elas têm o mesmo objetivo: Promover atualizações com base nas últimas informações contidas nas demonstrações contábeis anuais (CPC 21, 2011).

A demonstração intermediária condensada deverá conter balanço patrimonial condensado, demonstração condensada do resultado do exercício, demonstração condensada do resultado abrangente, demonstração condensada das mutações do patrimônio líquido, demonstração condensada dos fluxos de caixa e notas explicativas (CPC 21, 2011).

A demonstração do resultado abrangente poderá ser representada como parte das demonstrações das mutações do patrimônio líquido (CPC 21, 2011). Segundo o CPC 26 (2011), resultado abrangente é a mutação ocorrida no patrimônio líquido durante o período resultante de transações ou outros eventos decorrentes de transações que não seja derivado de transações com sócio em qualidade de proprietário.

2.4.2 Forma e conteúdo da demonstração contábil intermediária

De acordo com o CPC 21 (2011), se a entidade divulgar ou publicar em seu relatório intermediário, o conjunto completo de demonstrações contábeis, essas demonstrações deverão estar em conformidade do CPC 26 (2011) que trata da apresentação das demonstrações contábeis.

A entidade que divulgar ou publicar o conjunto de demonstrações contábeis condensadas, em seus relatórios intermediários deverá incluir no mínimo os grupos ou subgrupos de contas e seus totais apresentado nas demonstrações contábeis anuais mais recentes e notas explicativas selecionadas (CPC 21, 2011).

Ressalta-se ainda, que a entidade que apresentar em suas demonstrações, os resultados do exercício e os resultados abrangentes do período intermediário, terá que apresentar o lucro por ações (CPC 21, 2011).

O CPC 21 (2011) determina que as demonstrações contábeis anuais mais recentes, que forem elaboradas sobre bases consolidadas; as demonstrações contábeis intermediárias deverão ser elaboradas também sobre as mesmas bases consolidadas.

No entanto, se a demonstração contábil da entidade estiver incluída nas demonstrações separadas ou individuais da controladora, adicionadas nas demonstrações contábeis

consolidadas, o CPC 21 não obriga e nem proíbe a inclusão das mesmas no relatório intermediário da entidade (CPC 21, 2011).

2.4.3 Eventos e transações significativos

O CPC 21 (2011) determina que para o usuário ter uma melhor compreensão das demonstrações contábeis da entidade, deverá incluir a explicação dos eventos e transações consideradas significativas das mudanças patrimoniais, financeira e econômica da entidade e o desempenho a partir do término do último exercício social.

Ainda de acordo com o CPC 21 (2011), a informação divulgada com relação aos eventos e transações de mudanças patrimoniais, financeiro, econômico e o desempenho deverão ser utilizados para atualizações relevantes das informações apresentadas nas demonstrações contábeis anuais mais recentes.

O usuário das demonstrações contábeis intermediária deverá ter acesso também a última demonstração contábil anual, assim se tornar desnecessário expor nas notas explicativas da demonstração contábil intermediária, atualizações insignificantes, com relação as informações que já foram divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis anuais mais recentes (CPC 21, 2011).

O CPC 21 (2011) contempla uma lista eventos e transações para os quais requer divulgação, se acaso for considerados significativos, como redução do estoque a valor líquido de realização e reversão dos ajustes; reconhecimento de ajuste do valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros, imobilizados, intangíveis ou de outros ativos e reversão desses ajustes.

Contempla também, a lista de eventos e transações significativos, a reversão de qualquer provisão de custo de reestruturação, a aquisição e baixa de itens do ativo imobilizado; assumir compromissos para aquisição de itens do ativo imobilizado; liquidação de processo judicial ou administrativo; e retificação de erros de exercícios anteriores (CPC 21, 2011).

Em conformidade com CPC 21 (2011), são considerados também como componentes da lista de eventos e transações significativos, as alterações nos negócios ou circunstâncias econômicas que afetar o valor justo dos ativos e passivos financeiros da entidade, sejam eles reconhecidos a valor justo ou pelo custo amortizado; o não cumprimento do prazo de pagamento de empréstimo ou quebra de contrato de empréstimo que não tenha sido solucionado no término, ou antes, do término do período de reporte.

São componentes também da lista de eventos e transações significativos, as transações com partes relacionadas, as transferências de valor justo entre níveis hierárquicos, utilizados para mensuração de instrumentos financeiros a valor justo; mudanças da classificação de ativos financeiros como resultados de uma alteração a intenção ou no uso desses ativos; e mudanças nos ativos ou passivos contingentes (CPC 21, 2011).

2.4.4 Outras divulgações

Segundo o CPC 21 (2011), a entidade deverá incluir adicionalmente à divulgação de eventos e transações significativos, com base no acumulado do ano até a data da demonstração contábil anual, informações complementares as notas explicativas, caso não sejam evidenciadas em qualquer outro lugar.

O CPC 21 destaca ainda que estas são algumas informações que deverá ser informadas nas notas explicativas: declaração informando que as políticas contábeis e os métodos de cálculos são os mesmos nas demonstrações contábeis intermediárias, ou se foram alteradas descrevendo a natureza e os efeitos que essa mudança poderá causar; explicação sobre as operações intermediárias sazonais e cíclicas; a natureza e os montantes de itens não usuais em função de sua natureza, tamanho ou incidência que afetam os ativos, passivos, o patrimônio líquido, resultado líquido ou os fluxos de caixa; emissões, resgates e recompras de títulos de dívida e de títulos patrimoniais (CPC 21, 2011).

Informações que deverá ser informada também nas notas explicativas: eventos subsequentes ao fim do período intermediário que não tenham sido contemplados nas demonstrações contábeis do período intermediário; natureza e valores das alterações nas estimativas de montantes divulgados em outros períodos intermediários anterior do ano corrente ou alterações de estimativas de montantes divulgados em períodos anuais anteriores; dividendos pagos em separados por ações ordinárias e por outro tipo de ações (CPC 21, 2011).

Estas ainda são informações que deverá ser informadas nas notas explicativas: as seguintes informações por segmento: (1) receitas de clientes externos, se forem incluídas na medição do resultado do segmento, revisada ou apresentada pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade; (2) receitas Inter segmentos, se incluídas na medição do resultado do segmento, revisada ou apresentada ao principal tomador de decisões operacionais da entidade; (3) mensuração do resultado por segmento; (4) ativos totais para os quais possa ter ocorrido mudança significativa dos montantes evidenciados na última demonstração contábil anual; (5) descrição das diferenças com relação a última demonstração contábil anual da base de

segmentação e mensuração dos resultados por segmento; (6) conciliação do total dos resultados dos segmentos reportáveis com o resultado antes dos tributos da entidade e antes das operações descontinuadas (CPC 21, 2011).

As informações por segmento, citadas no parágrafo anterior serão requeridas pela demonstração contábil intermediária somente quando o CPC 22 determinar que a entidade evidencie em suas demonstrações contábeis anuais estas informações por segmento (CPC 21, 2011).

A entidade deverá expor em suas notas explicativas se caso a entidade alocar aos segmentos reportáveis de tais itens como despesa de tributo sobre o lucro, à entidade pode conciliar o total dos resultados dos segmentos com o resultado total da entidade, após esses itens (CPC 21, 2011).

Nas notas explicativas, os itens de conciliação material devem ser separadamente identificados e descritos em tais conciliações; efeito de mudanças na composição da entidade durante o período intermediário, incluindo combinação de negócios, obtenção ou perda de controle de controladas e investimentos de longo prazo, reestruturações e operações descontinuadas (CPC 21, 2011).

2.4.5 Divulgação em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do CPC

De acordo com o CPC 21 (2011), as demonstrações contábeis intermediárias deverão ser descritas em acordo com o pronunciamento técnico CPC 21, somente se estiverem cumprindo todos os requerimentos dos pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações do CPC.

Em conformidade com o CPC 21 (2011), se as demonstrações contábeis intermediárias da entidade estiverem de acordo com o CPC 21, deverá ser evidenciado, nas demonstrações contábeis intermediárias.

2.4.6 Períodos para os quais demonstrações contábeis intermediárias devem ser apresentadas

Conforme o CPC 21 (2011), as demonstrações contábeis intermediárias devem incluir as demonstrações contábeis condensadas ou completas, nos seguintes períodos: (a) balanço patrimonial no final do período intermediário corrente e balanço patrimonial comparativo no final do exercício social anterior; (b) demonstração do resultado e abrangente do período

intermediário corrente e acumulado durante o exercício social corrente, comparado com período intermediário anterior; (c) demonstração de mutações do patrimônio líquido acumulado no ano, com demonstração comparativa acumulada durante o exercício social anterior; (d) demonstrações de fluxo de caixa acumulados no ano, com demonstrações comparativas acumuladas durante o período do exercício anterior.

Ainda de acordo com CPC 21 (2011), as informações financeiras dos últimos doze meses terminados no final do período intermediário e os doze meses anteriormente comparáveis, podem ser úteis para as entidades, cujos negócios sejam sazonais (ocorrendo sempre em uma determinada época do ano).

Os normativos que obrigam a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias para as empresas de capital aberto são os seguintes: § 1º do art. 22 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976; Deliberação nº 673 de outubro de 2011 emitida pela CVM; NBC TG 21 de 2011 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade; Resolução CFC nº. 1.174/09 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade; e CPC 21 de 2011 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

2.4.6.1 Entidades que divulgam e publicam demonstrações contábeis intermediárias semestralmente e trimestralmente

Conforme o mesmo CPC 21 (2011), no ano calendário o exercício social se encerra em 31 de dezembro, portanto, a entidade irá apresentar as demonstrações contábeis intermediárias condensadas ou completas no seu relatório intermediário semestral, como por exemplo, de 30 de junho 20X4.

A entidade que divulga trimestral, o exercício social se encerrará em 31 de dezembro do calendário, suas demonstrações contábeis intermediárias, condensadas ou completas serão apresentados três relatórios intermediários trimestral, como por exemplo, 1º trimestre em 31 de março de 20X4, 2º trimestre em 30 de junho de 20X4 e 3º trimestre em 30 de setembro de 20X4 (CPC 21, 2011).

2.4.7 Materialidade

Para Sá e Sá (2009), materialidade significa a realidade de um fato patrimonial, totalmente amparado por documentação legal, à materialidade defende o conceito de que as

demonstrações devem evidenciar todos os elementos relevantes que possam afetar a avaliação ou influenciarem as decisões de quem necessita analisar os dados patrimoniais.

Uma informação é material se sua distorção ou omissão puder influenciar os usuários na tomada de decisões econômica com base nas demonstrações contábeis, a materialidade depende do tamanho do item ou erro, dependendo das circunstâncias específicas da distorção ou do erro (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Ao serem realizadas as avaliações de materialidade, deverá ser reconhecido que a mensuração intermediária poderá estar assentada com estimativas de maneira mais extensa do que nas mensurações feitas nas demonstrações contábeis anuais (CPC 21, 2011).

As decisões de reconhecimento e divulgação de acordo com o CPC 21 deverão estar baseadas em informações do período intermediário, sempre que for requerido o julgamento na avaliação de materialidade, por razões de compreensibilidade dos números intermediários (CPC 21, 2011).

Em consonância com o CPC 21 (2011) serão reconhecidos e divulgados com base na materialidade, os itens usuais, mudanças de políticas contábeis ou de estimativas e erros com relação às informações do período intermediário, para que sejam evitadas conclusões enganosas, que possam resultar na não divulgação, o principal objetivo é de se certificar de que as demonstrações contábeis intermediárias irão incluir todas as informações relevantes para a compreensão das mudanças patrimoniais, econômicas, financeiras e o desempenho da entidade durante o período intermediário.

2.4.8 Divulgação das demonstrações contábeis anuais

Conforme CPC 21 (2011) deverá ser evidenciado em notas explicativas as mudanças que ocorrerem na estimativa contábil de um montante mencionado em período intermediário, no caso da alteração ser significativa durante o período intermediário final do exercício (CPC 21, 2011).

De acordo com mesmo CPC 21 (2011), se não for publicado ou divulgado o valor financeiro separado, alterado para aquele período intermediário, a natureza e o montante da estimativa deverá ser evidenciado em notas explicativas das demonstrações contábeis anuais.

2.4.9 Reconhecimento e mensuração

As entidades deverão aplicar a mesma política contábil, aplicada nas demonstrações contábeis anuais para as demonstrações contábeis intermediárias, com exceção das alterações da política contábil ocorrida depois da demonstração contábil anual mais recente, que irão refletir nas próximas demonstrações contábeis anuais (CPC 21, 2011).

De acordo com o CPC 21 (2011), ao solicitar que a entidade aplique a mesma política contábil, aplicada nas demonstrações contábeis anuais, em sua demonstração contábil intermediária, pode parecer que a mensuração de cada período intermediário é feita como se fosse um período de reporte independente.

A frequência de reporte da entidade não pode afetar as mensurações dos resultados anuais, portanto para que se possa atingir o objetivo, as mensurações dos períodos intermediários deverão ser feitas tomando como base o acumulado do ano até a data da demonstração (CPC 21, 2011).

Ainda conforme o CPC 21 (2011), as mensurações realizadas com base no acumulado do ano até a data (*year-to-date basis*) estão relacionadas às alterações de estimativas de montantes, divulgadas em períodos intermediários, ocorrido anteriormente do período financeiro corrente.

O reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas para os períodos intermediários devem ser o mesmo que os das demonstrações contábeis anuais (CPC 21, 2011).

Os princípios para reconhecimento e mensuração para perdas de estoques para ajustar ao valor líquido de realização, reestruturação ou perdas por redução ao valor recuperável (*impairments*) de período intermediário deverá ser os mesmos que seriam adotados pela entidade se ela fosse adotar só as demonstrações contábeis anuais (CPC 21, 2011).

Em conformidade com o mesmo CPC 21 (2011), o reconhecimento e a mensuração de perdas de estoque para ajuste do valor líquido de reavaliação, reestruturação ou perdas por motivo de redução de valores recuperáveis (*impairments*), de período intermediário, terá que ser o mesmo adotado nas demonstrações contábeis anuais.

O CPC 21 (2011) destaca que se ocorrer alguma mudança na estimativa reconhecida ou mensurada no período intermediário subsequente daquele mesmo exercício social, a estimativa original deverá ser alterada em período subsequente tanto na contabilização adicional de perda, quanto no montante anteriormente reconhecido.

O CPC 21 (2011) afirma ainda que não poderão ser diferidos no balanço patrimonial, os custos que não se enquadrarem na definição de ativo ao final de um período intermediário.

As despesas com tributo sobre o lucro e contribuição social deverão ser reconhecidas com a melhor base de estimativa da alíquota média efetiva em cada período intermediário, e os montantes contabilizados de um período intermediário devem ser ajustados nos períodos subsequentes daquele exercício social caso haja mudança na alíquota do tributo anual (CPC 21, 2011).

Para o reconhecimento do ativo deverá ser analisado a existência de benefícios econômicos futuros, que são aplicáveis tanto no período intermediário, quanto no período financeiro anual e o passivo terão que representarem uma obrigação existente ao final do período intermediário, assim como no término do exercício social (CPC 21, 2011).

Para o CPC 21 (2011), as entidades que realizarem as suas mensurações nas demonstrações contábeis, semestralmente, ou seja, a cada seis meses, deverão utilizar as informações disponíveis no meio do ano ou logo após para o período de seis meses e informações no final do ano para demonstrações contábeis de período de 12 meses.

2.4.10 A importância da demonstração contábil intermediária para os usuários

Segundo Fuji e Slomski (2003), a entidade deverá prover aos usuários informações contábeis úteis para que eles possam tomar uma decisão racional, com relação aos investimentos e créditos, porque uma informação clara e objetiva se torna importante ao usuário para a tomada de decisão.

Passos (2010) considera a informação um elemento estratégico para as organizações, pois a administração da entidade estando de posse das mesmas poderá tomar uma decisão precisa e clara.

Conforme a Estrutura Conceitual CPC 00 (2011), a demonstração contábil anual é importante para satisfazer as necessidades dos usuários da informação contábil, fornecendo informações que sejam úteis para a tomada de decisão econômica e financeira, como por exemplo, na decisão de quando decidir comprar, preservar ou vender seus instrumentos patrimoniais; na avaliação da administração da entidade quanto à qualidade do seu desempenho e prestação de contas; avaliar quanto à capacidade de recuperação dos recursos financeiros emprestados a entidade; a capacidade de a entidade pagar seus funcionários; determinar a política contábil e distribuição de lucros e dividendos.

Por este motivo as informações contidas nas demonstrações contábeis intermediárias, se tornam relevantes para o usuário da informação, porque elas têm como propósito, agregarem fatos ocorridos antes do encerramento do próximo exercício, proporcionando aos usuários da

informação uma atualização de novos fatos ocorridos na entidade, após o término do último exercício.

Para Bueno, Macedo e Oliveira (2014), o relatório intermediário financeiro fornece aos usuários informações sobre a posição financeira e patrimonial da entidade podendo auxiliá-los na tomada de decisões, entre o período intermediário.

3 PROCEDER METODOLÓGICO

3.1 Classificação da pesquisa

Andrade (2001), explica que ciência é o conhecimento que abarca verdades gerais ou a operação de leis gerais especialmente obtidas e testadas através do método científico.

Pesquisa científica é um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico que tem por objetivo encontrar soluções para os problemas propostos, mediante o emprego de métodos científicos (GIL, 2010).

Para Lakatos e Marconi (2003), as Pesquisas Científicas podem ser classificadas quanto: ao Método de Abordagem, Objetivos, Procedimentos e Técnicas de coleta de dados.

Ainda conforme, Lakatos e Marconi (2003) caracteriza-se método de abordagem, como uma abordagem mais ampla, pois tem um elevado nível de abstração em relação a fenômenos, natureza e sociedade, e podem se classificarem como: Método indutivo, método dedutivo, método hipotético-dedutivo e método dialético.

A metodologia utilizada para esta pesquisa, quanto ao método de abordagem foi o método dedutivo, pois partiu de teorias existentes, como um ponto de referência para deduzir o resultado do problema de pesquisa, todo conhecimento provém de informações extraídas dos livros, artigos que abordam o assunto pesquisado.

Esta pesquisa adotou a abordagem qualitativa-quantitativa, pois buscou através do problema de pesquisa entender um determinado fenômeno de maneira mais intensa e o percentual da entidade que estão divulgando de acordo com a exigência do CPC 21. Menezes e Silva (2005) consideram que na pesquisa qualitativa há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números, sendo que o processo e seu significado são os focos principais de abordagem. Menezes e Silva (2005) consideram também que na pesquisa quantitativa tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações, para classificá-la e analisá-la, sendo que requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas, percentagem, média, desvio-padrão e coeficiente de correlação.

O procedimento tem como finalidade mais restrita, em termo de explicação dos fenômenos menos abstratos, uma atitude concreta em relação ao fenômeno. Pois os procedimentos se classificam em: bibliográfico, documental, de campo, estudo de caso, experimental, pesquisa de ação e pesquisa participante (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Com relação aos procedimentos, a metodologia utilizada nesta pesquisa foi à bibliográfica, por ter utilizado, material já publicado, como: normas, publicações e artigos científicos para responder ao problema de pesquisa.

Quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser classificada: Pesquisa exploratória, descritiva e explicativa.

A metodologia utilizada foi à exploratória, pois esta pesquisa vem conhecer mais sobre o problema a ser pesquisado, a importância da Demonstração Intermediária Contábil.

Quanto às técnicas de coleta de dados, Lakatos e Marconi (2003) ponderam que podem ser realizadas por meio de documentação indireta ou documentação direta, sendo que a documentação indireta é através de pesquisa documental e bibliográfica, já a documentação direta é realizada no local que se deseja buscar as informações por meio de pesquisas de campo.

Portanto dessa forma esta coleta de dados é de forma indireta, por ter obtido as informações através de documentos já publicados como, por exemplo: livros, artigos, teses, demonstrações contábeis e notas explicativas publicadas no site da BM&FBOVESPA.

3.2 Universo, amostra e período da pesquisa

Lakatos e Marconi (2003) consideram o universo ou população como um conjunto de seres animados ou inanimados que representa pelo menos uma característica em comum, e a delimitação deste universo consiste em evidenciar fenômeno, que serão pesquisados, enumerando suas características em comuns.

Já a amostra é uma porção ou parcela, selecionada do universo (população), existem duas divisões no processo de amostragem, a não probabilista e a probabilista (LAKATOS; MARCONI, 2003).

A população objeto de estudo, consiste em 514 (quinhentos e quatorze) empresas listadas na BM&FBOVESPA (consulta realizada no dia 03/05/2015), caracterizando-se como uma amostragem não probabilística intencional.

A técnica a ser utilizada para o processo de amostragem é a amostragem não probabilística intencional, optou-se por analisar em 12% das empresas componentes da amostra, o que sugere ser representativa da população.

Para a escolha das 64 empresas (12% da população) foi utilizado sorteio, onde as empresas foram enumeradas, e a cada sete empresas, sorteava-se uma, até que fosse completada a totalidade das empresas componentes da amostra conforme Quadro 1.

Ordem	AMOSTRA
1	521 PARTICIPAÇÕES S.A.
2	AETATIS SECURITIZADORA S.A.
3	ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.
4	ALUPAR INVESTIMENTO S/A
5	AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
6	BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.
7	BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
8	BCO PINE S.A.
9	BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.
10	BOMBRIL S.A.
11	BRASIL INSURANCE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A.
12	BRB BCO DE BRASÍLIA S.A.
13	BRPR 53 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.
14	CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA ENERGIA S.A.
15	CELULOSE IRANI S.A.
16	CESP - CIA ENERGETICA DE SÃO PAULO
17	CIA DOCAS DE IMBITUBA
18	CIA ESTADUAL DE DISTRIB ENER ELET-CEEE-D
19	CIA INDUSTRIAL SCHLOSSER S.A.
20	CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO
21	CIMS S.A.
22	CONC ROD. OESTE SP VIAOESTE S.A.
23	CONSTRUTORA BETER S.A.
24	CPFL ENERGIA S.A.
25	CTX PARTICIPAÇÕES S.A.
26	DIBENS LEASING S.A. - ARREND. MERCANTIL
27	DUKE ENERGY INT. GER. PARANAPANEMA S.A.
28	ELEKEIROZ S.A.
29	EMPRESA NAC COM REDITO PART S.A. ENCORPAR
30	ETERNIT S.A.
31	FERTILIZANTES HERINGER S.A.
32	FORJAS TAURUS S.A.
33	GAIA SECURITIZADORA S.A.
34	GRENDENE S.A.
35	HOPI HARI S.A.
36	INDÚSTRIAS ROMI S.A.
37	INVITEL LEGACY S.A.
38	J. MACEDO S.A.
39	KARSTEN S.A.
40	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
41	LONGDIS S.A.
42	MANGELS INDUSTRIAL S.A.
43	METALFRIO SOLUTIONS S.A.
44	MINASMAQUINAS S.A.
45	MULTIPLUS S.A.
46	NORDON INDÚSTRIAS METALURGICAS S.A.
47	OGX PETRÓLEO E GÁS S.A.
48	PARANÁ BCO S.A.
49	PETTENATI S.A. INDÚSTRIA TEXTIL
50	POSITIVO INFORMÁTICA S.A.
51	RAIA DROGASIL S.A.
52	REDE ENERGIA S.A.
53	RJ CAPITAL PARTNERS S.A.
54	SANTHER FAB DE PAPEL STA THEREZINHA S.A.
55	SCHULZ S.A.
56	SONAE SIERRA BRASIL S.A.
57	SUZANO HOLDING S.A.
58	TECHNOS S.A.
59	TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.
60	TEXTIL RENAUXVIEW S.A.
61	TRIÂNGULO DO SOL AUTOESTRADAS S.A.
62	USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS
63	VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.
64	XX DE NOVENBRO INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Quadro 1: Empresas componentes da amostra.
Fonte: BM&FBovespa, adaptado pela autora, 2015.

O período que foi pesquisado corresponde a dois anos, correspondendo aos anos de 2013 e 2014. No entanto, como foram avaliados trimestres, há que se analisar a totalidade de 6 trimestres, ou seja, 3 trimestres em 2013 e 3 trimestres em 2014. No quarto trimestre de cada ano são apresentadas as demonstrações contábeis anuais, não havendo a necessidade de apresentação das demonstrações contábeis intermediárias.

A empresa OGX PETRÓLEO E GÁS S.A. foi excluída da amostra, pois a mesma iniciou suas divulgações trimestrais somente em 2014.

3.3 Instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados foi elaborado para dar condições para alcançar o objetivo proposto, e foi baseado nas divulgações obrigatórias constantes do CPC 21 (2011). Os quesitos a serem analisados constam no Quadro 2.

Nº	Quesitos	Item correspondente no CPC 21
1	As entidades estão divulgando demonstrações condensadas nas demonstrações intermediárias?	Item 8
2	As entidades estão divulgando demonstrações completas nas demonstrações intermediárias?	Item 5
3	Se estão divulgando as demonstrações completas, estas estão de acordo com o CPC 26?	Item 9
4	A entidade está incluindo em suas demonstrações contábeis intermediárias uma explicação dos eventos e transações que sejam significativos para a compreensão das mudanças patrimoniais?	Item 15
5	A entidade está incluindo uma declaração nas notas explicativas de que a política contábil e método de cálculo são os mesmos das demonstrações contábeis intermediárias?	Item 16A (a)
6	Está comentando nas notas explicativas sobre operações intermediárias sazonais ou cíclicas?	Item 16A (b)
7	A entidade está divulgando em nota explicativa a natureza e os montantes dos itens não usuais em função de sua natureza, tamanho e incidência que afetam os ativos, os passivos, o patrimônio líquido, o resultado líquido ou os fluxos de caixa?	Item 16A (c)
8	A entidade está incluindo nas notas explicativas a natureza e os valores das alterações nas estimativas de montantes divulgados em período intermediário anterior do ano corrente ou alterações das estimativas dos montantes divulgados em períodos anuais anteriores?	Item 16A (d)
9	A entidade está incluindo nas notas explicativas emissões, recompras e resgates de títulos de dívida e de títulos patrimoniais?	Item 16A (e)
10	A entidade está incluindo nas notas explicativas, os dividendos pagos (agregados ou por ação) separadamente por ações ordinárias e por outros tipos e classes de ações?	Item 16A (f)
11	A entidade está incluindo nas notas explicativas eventos subsequentes ao fim do período intermediário que não tenham sido refletidos nas demonstrações contábeis do período intermediário?	Item 16A (h)
12	A entidade está evidenciando que as demonstrações contábeis intermediárias estão de acordo com o Pronunciamento CPC 21?	Item 19

Quadro 2: Quesitos elaborados para a coleta de dados.

Fonte: Elaborado pela autora com base no CPC 21, 2011.

3.4 Análises de dados

Os relatórios contábil-financeiros intermediários das empresas foram localizados no site da BM&FBovespa, e no *site* de buscas *Google* através do endereço eletrônico: <<https://www.google.com.br/>>. No campo de buscas, foi digitado o nome de cada uma das empresas a ser analisada, seguida da análise de DFP's e notas explicativas, as análises foram obtidas por meio de questionário com os quesitos dispostos no Quadro 2.

A coleta de dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, pois incide sobre obras literárias, que partem de uma perspectiva quantitativa, analisou numericamente a frequência de ocorrências de determinados termos, construções e referência de um determinado texto (GIL, 2010).

Os dados coletados foram organizados com base no sistema binário, que é um sistema de numeração posicional em que todas as quantidades se representam com base em dois números, ou seja, zero e um (0 e 1), utilizando 0 para cada resposta não e 1 para cada resposta sim, ou seja, para cada quesito divulgado foi atribuído o numeral 1 e para cada quesito não divulgado foi atribuído o numeral 0.

Após a análise dos dados, foram levantados os percentuais de divulgações trimestrais, e com estes percentuais foi possível calcular os quartis, dando condições para classificar tais percentuais de divulgação em “ruim, regular, bom e ótimo”.

De acordo com Guedes, Martins e Acorsi (2005), os quartis são representados da seguinte forma:

- ✓ 1º Quartil - Q1: 25% dos dados são valores menores ou iguais ao valor do primeiro quartil;
- ✓ 2º Quartil - Q2: 50% dos dados são valores menores ou iguais ao valor do segundo quartil;
- ✓ 3º Quartil - Q3: 75% dos dados são valores menores ou iguais ao valor do terceiro quartil;
- ✓ 4º Quartil - Q4: 100% dos dados são valores maiores que o limite superior do terceiro quartil.

4 RESULTADOS E ANÁLISES DE DADOS

Neste capítulo serão abordados os resultados e as análises encontradas, por meio de coleta de dados junto às demonstrações contábeis financeiras intermediárias compostas pelo balanço patrimonial, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do resultado do exercício, demonstração da mutação do patrimônio líquido e demonstração do resultado abrangente, a maior parte dos quesitos da pesquisa foram verificados e encontrados nas notas explicativas de cada entidade.

4.1 Percentual das informações que foram divulgadas conforme as demonstrações intermediárias (CPC 21)

No decorrer desta pesquisa, foram analisadas 384 demonstrações contábeis financeiras e 384 notas explicativas, no decorrer de dois anos, referente aos anos de 2013 e 2014, sendo analisado o nível de divulgação por trimestre. Cada ano correspondente refere-se há três trimestres, o quarto trimestre corresponde as demonstrações anuais, os percentuais estão representados no Quadro 3.

EMPRESAS SELECIONADAS	MÉDIA	1ºTRI 2013	2ºTRI 2013	3ºTRI 2013	1ºTRI 2014	2ºTRI 2014	3ºTRI 2014
CIA DOCAS DE IMBITUBA	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%
NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S.A.	22,22%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	16,67%	16,67%
CONSTRUTORA BETER S.A.	27,78%	41,67%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
LONGDIS S.A.	26,39%	33,33%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
MINASMAQUINAS S.A.	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
521 PARTICIPAÇÕES S.A.	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%
BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.	34,72%	41,67%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%
INVITEL LEGACY S.A.	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%
XX DE NOVEMBRO INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%
AETATIS SECURITIZADORA S.A.	41,67%	41,67%	41,67%	41,67%	41,67%	41,67%	41,67%
CIA INDUSTRIAL SCHLOSSER S.A.	40,28%	41,67%	33,33%	41,67%	41,67%	41,67%	41,67%
PETTENATI S.A. INDÚSTRIA TEXTIL	43,06%	41,67%	41,67%	50,00%	41,67%	41,67%	41,67%
RJ CAPITAL PARTNERS S.A.	44,44%	41,67%	41,67%	58,33%	41,67%	41,67%	41,67%
TRIÂNGULO DO SOL AUTO-ESTRADAS S.A.	43,06%	50,00%	41,67%	41,67%	41,67%	41,67%	41,67%
ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.	52,78%	50,00%	50,00%	66,67%	50,00%	50,00%	50,00%

...continua...

...continuação...

CELULOSE IRANI S.A.	55,56%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	50,00%	50,00%
DIBENS LEASING S.A. - ARREND.MERCANTIL	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
PARANÁ BCO S.A.	48,61%	50,00%	50,00%	41,67%	50,00%	50,00%	50,00%
POSITIVO INFORMÁTICA S.A.	51,39%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	58,33%	50,00%
RAIA DROGASIL S.A.	51,39%	50,00%	50,00%	58,33%	50,00%	50,00%	50,00%
SCHULZ S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
SONAE SIERRA BRASIL S.A.	55,56%	58,33%	50,00%	58,33%	58,33%	58,33%	50,00%
SUZANO HOLDING S.A.	55,56%	58,33%	50,00%	58,33%	58,33%	58,33%	50,00%
TEXTIL RENAUXVIEW S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
BOMBRILO S.A.	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%
BRASIL INSURANCE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A	65,28%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	58,33%
BRPR 53 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%
CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA ENERGIA S.A.	56,94%	50,00%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%
CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%
CIMS S.A.	56,94%	50,00%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%
GAIA SECURITIZADORA S.A.	54,17%	50,00%	58,33%	58,33%	50,00%	50,00%	58,33%
GRENDENE S.A.	59,72%	66,67%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%
J. MACEDO S.A.	58,33%	50,00%	50,00%	66,67%	66,67%	58,33%	58,33%
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%
MANGELS INDUSTRIAL S.A.	55,56%	41,67%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%
MULTIPLUS S.A.	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%
REDE ENERGIA S.A.	55,56%	58,33%	58,33%	41,67%	58,33%	58,33%	58,33%
SANTHER FAB DE PAPEL STA THEREZINHA S.A.	56,94%	58,33%	58,33%	50,00%	58,33%	58,33%	58,33%
TELEMAR PARTICIPACOES S.A.	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%
USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS	59,72%	58,33%	58,33%	66,67%	58,33%	58,33%	58,33%
ALUPAR INVESTIMENTO S/A	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%
AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%
BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%
BCO PINE S.A.	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%
BRB BCO DE BRASÍLIA S.A.	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%
CIA ESTADUAL DE DISTRIB ENER ELET-CEEE-D	52,78%	41,67%	41,67%	58,33%	50,00%	58,33%	66,67%
CIA SANEAMENTO BÁSICO EST SÃO PAULO	65,28%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	58,33%	66,67%
CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A	58,33%	58,33%	58,33%	58,33%	50,00%	58,33%	66,67%
CPFL ENERGIA S.A.	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%
CTX PARTICIPAÇÕES S.A.	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%
ELEKEIROZ S.A.	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%
EMPRESA NAC COM REDITO PART S.A.ENCORPAR	68,06%	66,67%	66,67%	75,00%	66,67%	66,67%	66,67%
ETERNIT S.A.	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%
FERTILIZANTES HERINGER S.A.	68,06%	75,00%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%
FORJAS TAURUS S.A.	65,28%	66,67%	58,33%	58,33%	66,67%	75,00%	66,67%
INDÚSTRIAS ROMI S.A.	68,06%	66,67%	75,00%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%
KARSTEN S.A.	61,11%	58,33%	58,33%	66,67%	58,33%	58,33%	66,67%
TECHNOS S.A.	63,89%	66,67%	66,67%	58,33%	66,67%	58,33%	66,67%
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%	66,67%
BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
DUKE ENERGY INT. GER. PARANAPANEMA S.A.	72,22%	66,67%	66,67%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
HOPHI HARI S.A.	70,83%	66,67%	66,67%	66,67%	75,00%	75,00%	75,00%
METALFRIO SOLUTIONS S.A.	79,17%	83,33%	83,33%	83,33%	75,00%	75,00%	75,00%
MÉDIA DE DIVULGAÇÃO	54,74%	54,64%	54,10%	55,56%	54,76%	54,63%	54,76%

Quadro 3: Percentual de Informações divulgadas nas notas explicativas e demonstrações contábeis financeiras durante os trimestres de 2013 e 2014.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Depois de encontrados os resultados, pode-se observar que no 1º trimestre de 2013, as empresas divulgaram um percentual médio de 54,64%, no 2º trimestre de 2013 divulgaram um percentual médio de 54,10%, no 3º trimestre de 2013 divulgaram um percentual médio de 55,56% dos quesitos analisados. No ano de 2014, no 1º trimestre foi divulgado um percentual médio de 54,76%, no 2º trimestre foi divulgado um percentual médio de 54,63%, e no 3º trimestre foi divulgado um percentual médio de 54,76%, dos quesitos elaborados para análise junto às demonstrações contábeis financeiras e as notas explicativas, conforme o CPC 21.

Observa-se que o percentual médio total de divulgação das empresas analisadas durante os seis trimestres, sendo três trimestres de 2013 e três trimestres de 2014 foi de 54,74%.

Comparando o 1º e o 2º trimestres do ano 2013, nota-se que com os mesmos trimestres do ano 2014, houve um aumento no percentual médio de divulgação, ou seja, 54,64% e 54,76%, 54,10% e 54,63%, mas comparando o 3º trimestre de 2013 com o 3º trimestre de 2014, em 2014 houve uma redução no percentual médio de divulgação, sendo 55,56% em 2013 e 54,76% em 2014, respectivamente. Percebe-se também, que coincidentemente, nos dois anos analisados, 2013 e 2014, houve uma queda no percentual de divulgação no 2º trimestre se comparada ao 1º trimestre dos referidos anos.

Na TABELA 1, podemos observar as dez empresas que menos divulgaram os quesitos utilizados para a análise do nível de divulgação das demonstrações contábeis, a empresa CIA DOCAS DE IMBITUBA divulgou em média 16,67% dos quesitos pesquisados ficando assim, com o 1º lugar das empresas que menos divulgaram, NORDON INDÚSTRIAS METALURGICAS S.A. é a 2ª empresa com o menor índice de divulgação por ter divulgado em média 20,83%, a CONSTRUTORA BETER S.A., LONGDIS S.A. e a MINASMAQUINAS S.A. ocuparam no *Ranking* a 3ª colocação divulgando 25% dos quesitos, quatro das empresas analisadas ficaram em 4º lugar das que menos divulgaram, sendo as seguintes: 521 PARTICIPAÇÕES S.A., BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A., INVITEL LEGACY S.A. e XX DE NOVEMBRO INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A. ambas divulgaram 33,33% e a empresa que ocupou a 5ª colocação foi a CIA INDUSTRIAL SCHLOSSER S.A. divulgou em média 40,28% dos quesitos analisados.

TABELA 1 – *Ranking* das 10 empresas com menor nível de divulgação.

POSICÃO	EMPRESA	MÉDIA
1º	CIA DOCAS DE IMBITUBA	16,67%
2º	NORDON INDÚSTRIAS METALURGICAS S.A.	20,83%
3º	CONSTRUTORA BETER S.A.	25%
3º	LONGDIS S.A.	25%
3º	MINASMAQUINAS S.A.	25%
4º	521 PARTICIPAÇÕES S.A.	33,33%
4º	BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.	33,33%
4º	INVITEL LEGACY S.A.	33,33%
4º	XX DE NOVEMBRO INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES	33,33%
5º	CIA INDUSTRIAL SCHLOSSER S.A.	40,28%

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Na TABELA 2, observa-se que 17 empresas ocuparam o *ranking* das empresas que obtiveram o maior percentual de divulgação, o motivo para esta tabela conter 17 empresas no *ranking*, é porque 10 dessas obtiveram o mesmo percentual de divulgação.

Mas pode-se observar que a empresa METALFRIO SOLUTIONS S.A. ficou em primeiro lugar, pois alcançou o maior percentual de divulgação com relação aos quesitos analisados, ou seja, uma média percentual de 79,17%.

O BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. ficou em segundo lugar com um percentual médio de divulgação de 75%, a DUKE ENERGY INT. GER. PARANAPANEMA S.A. foi classificada em terceiro lugar, apresentando um percentual médio de 72,22% e ocupando o quarto lugar no *ranking* está a HOPI HARI S.A. com o percentual médio de divulgação de 70,83%.

As empresas INDÚSTRIAS ROMI S.A., FERTILIZANTES HERINGER S.A. e EMPRESA NAC COM REDITO PART S.A. ENCORPAR ficaram em quinto lugar no *ranking* com percentuais médios de divulgação de 68,06%.

Dez empresas ocuparam a 6ª posição no *ranking* das empresas que mais divulgação informações, alcançando um percentual médio de 66,67%: VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A., ETERNIR S.A., ELEKEIROZ S.A., CTX PARTICIPAÇÕES S.A., CPFL ENERGIA S.A., BRB BCO DE BRASÍLIA S.A., BCO PINE S.A., BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A., AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. e ALUPAR INVESTIMENTO S/A.

TABELA 2 – *Ranking* das 17 empresas com os melhores níveis de divulgações.

POSICÃO	EMPRESA	MÉDIA
1º	METALFRIO SOLUTIONS S.A	79,17%
2º	BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A	75%
3º	DUKE ENERGY INT. GER. PARANAPANEMA S.A	72,22%
4º	HOPI HARI S.A	70,83%
5º	INDÚSTRIAS ROMI S.A	68,06%
5º	FERTILIZANTES HERINGER S.A	68,06%
5º	EMPRESA NAC COM REDITO PART S.A. ENCORPAR	68,06%
6º	VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A	66,67%
6º	ETERNIR S.A	66,67%
6º	ELEKEIROZ S.A	66,67%
6º	CTX PARTICIPAÇÕES S.A	66,67%
6º	CPFL ENERGIA S.A	66,67%
6º	BRB BCO DE BRASÍLIA S.A	66,67%
6º	BCO PINE S.A	66,67%
6º	BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A	66,67%
6º	AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A	66,67%
6º	ALUPAR INVESTIMENTO S/A	66,67%

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

4.2 Porcentagem de divulgação dos quesitos

No Gráfico 3, pode-se observar os quesitos que mais foram divulgados e os que menos foram divulgados de acordo com os quesitos analisados.

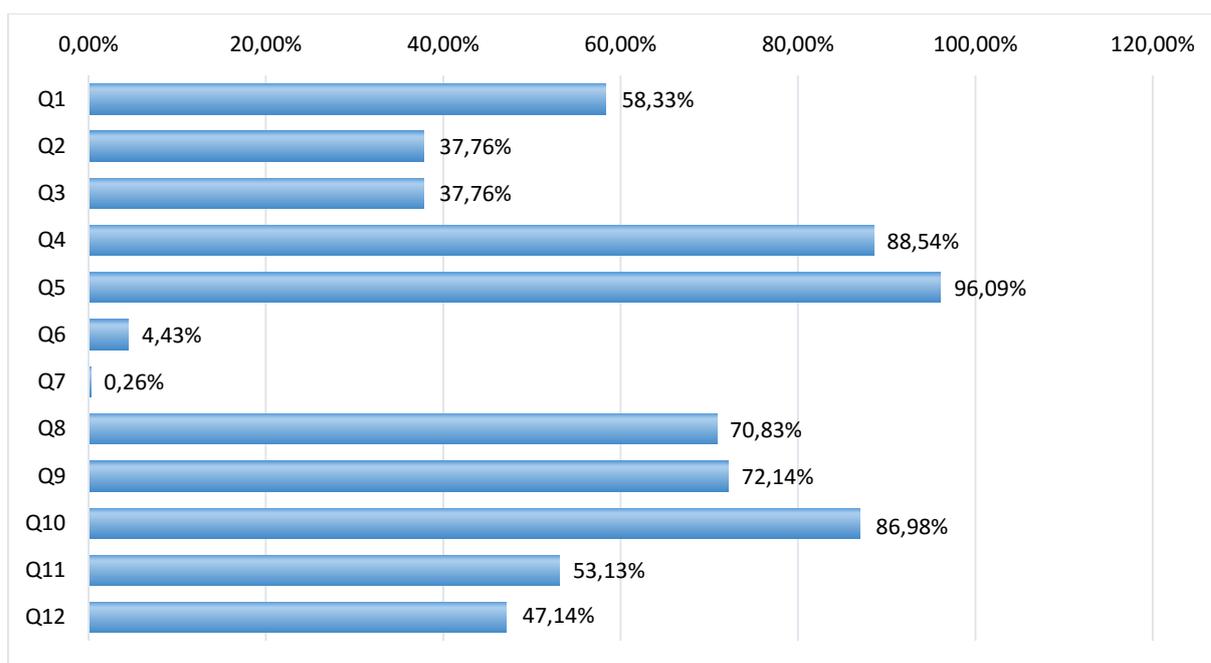


Gráfico 1: *Ranking* de divulgação dos 12 quesitos analisados, conforme o CPC 21.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

O quesito mais divulgado foi o quesito 5 que trata se a entidade está incluindo uma declaração nas notas explicativa de que a política contábil e método de cálculo evidenciado nas demonstrações contábeis anuais são as mesmas das demonstrações contábeis intermediárias, divulgado uma média de 96,09%. O quesito 7 foi o menos divulgado, que se refere a divulgação em nota explicativa a natureza e os montantes dos itens não usuais em função de sua natureza, tamanho e incidência que afetam os ativos, os passivos, o patrimônio líquido, o resultado líquido ou os fluxos de caixa, divulgando em média 0,26%.

Com relação, se as empresas estão divulgando mais demonstrações condensadas ou completas, o quesito alcançou um percentual médio de divulgação de 58,33%, ou seja, as empresas estão divulgando as demonstrações condensadas. Já quesito 2 alcançou um percentual médio de divulgação de 37,76%, ou seja, estão divulgando as demonstrações contábeis completas, e conforme o CPC 21 exige, as mesmas estão de acordo com o CPC 26, conforme mostra o percentual de divulgação do quesito 3.

Mas somente 47,14%, das empresas estão evidenciando em nota explicativa que as demonstrações estão de acordo com o CPC 21.

4.3 Classificação do percentual de divulgação por quartis

Nessa seção, foi analisado o percentual de divulgação das empresas classificando-o por categorias definidas através dos quartis.

No Quadro 4 foi demonstrado as escalas para classificação dos percentuais médios de divulgações calculados através do método de quartis.

Quartil	Escala de Percentuais	Classificação da Divulgação
Q1	De 0 a 50,00%	Ruim
Q2	De 50,01% a 58,33%	Regular
Q3	De 58,34% a 66,67%	Bom
Q4	De 66,68% a 100%	Ótimo

Quadro 4: Percentuais para classificação da divulgação por quartis.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Após o cálculo das escalas expostas no Quadro 4, pôde-se então efetuar a classificação dos percentuais médios de divulgação de cada empresa conforme apresentado no Quadro 5.

EMPRESAS SELECIONADAS	MÉDIA	Classificação por quartil
CIA DOCAS DE IMBITUBA	16,67%	Ruim
NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S.A.	22,22%	Ruim
CONSTRUTORA BETER S.A.	27,78%	Ruim
LONGDIS S.A.	26,39%	Ruim
MINASMAQUINAS S.A.	25,00%	Ruim
521 PARTICIPAÇÕES S.A.	33,33%	Ruim
BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.	34,72%	Ruim
INVITEL LEGACY S.A.	33,33%	Ruim
XX DE NOVEMBRO INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	33,33%	Ruim
AETATIS SECURITIZADORA S.A.	41,67%	Ruim
CIA INDUSTRIAL SCHLOSSER S.A.	40,28%	Ruim
PETTENATI S.A. INDÚSTRIA TEXTIL	43,06%	Ruim
RJ CAPITAL PARTNERS S.A.	44,44%	Ruim
TRIÂNGULO DO SOL AUTO-ESTRADAS S.A.	43,06%	Ruim
ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.	52,78%	Regular
CELULOSE IRANI S.A.	55,56%	Regular
DIBENS LEASING S.A. - ARREND.MERCANTIL	50,00%	Ruim
PARANÁ BCO S.A.	48,61%	Ruim
POSITIVO INFORMÁTICA S.A.	51,39%	Regular
RAIA DROGASIL S.A.	51,39%	Regular
SCHULZ S.A.	50,00%	Ruim
SONAE SIERRA BRASIL S.A.	55,56%	Regular
SUZANO HOLDING S.A.	55,56%	Regular
TEXTIL RENAUXVIEW S.A.	50,00%	Ruim
BOMBRILO S.A.	58,33%	Regular
BRASIL INSURANCE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A	65,28%	Bom
BRPR 53 SECURITIZADORA CRED IMOB S.A.	58,33%	Regular
CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA ENERGIA S.A.	56,94%	Regular
CESP - CIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO	58,33%	Regular
CIMS S.A.	56,94%	Regular
GAIA SECURITIZADORA S.A.	54,17%	Regular
GRENDENE S.A.	59,72%	Bom
J. MACEDO S.A.	58,33%	Regular
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.	58,33%	Regular
MANGELS INDUSTRIAL S.A.	55,56%	Regular
MULTIPLUS S.A.	58,33%	Regular
REDE ENERGIA S.A.	55,56%	Regular
SANTHER FAB DE PAPEL STA THEREZINHA S.A.	56,94%	Regular
TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.	58,33%	Regular
USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS	59,72%	Bom
ALUPAR INVESTIMENTO S/A	66,67%	Bom
AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.	66,67%	Bom
BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	66,67%	Bom
BCO PINE S.A.	66,67%	Bom
BRB BCO DE BRASÍLIA S.A.	66,67%	Bom
CIA ESTADUAL DE DISTRIB ENER ELET-CEEE-D	52,78%	Regular
CIA SANEAMENTO BÁSICO EST SÃO PAULO	65,28%	Bom
CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A	58,33%	Regular
CPFL ENERGIA S.A.	66,67%	Bom
CTX PARTICIPAÇÕES S.A.	66,67%	Bom
ELEKEIROZ S.A.	66,67%	Bom
EMPRESA NAC COM REDITO PART S.A.ENCORPAR	68,06%	Ótimo
ETERNIT S.A.	66,67%	Bom
FERTILIZANTES HERINGER S.A.	68,06%	Ótimo
FORJAS TAURUS S.A.	65,28%	Bom
INDÚSTRIAS ROMI S.A.	68,06%	Ótimo
KARSTEN S.A.	61,11%	Bom
TECHNOS S.A.	63,89%	Bom
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	66,67%	Bom
BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	75,00%	Ótimo
DUKE ENERGY INT. GER. PARANAPANEMA S.A.	72,22%	Ótimo
HOPI HARI S.A.	70,83%	Ótimo
METALFRIO SOLUTIONS S.A.	79,17%	Ótimo
MÉDIA DE DIVULGAÇÃO	54,74%	

Quadro 5: Classificação do nível de divulgação das empresas referente aos quartis.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Na classificação por quartil 19 empresas tiveram seus percentuais médios de divulgação classificados como ruins, pois divulgaram em média de 2 a 6 quesitos; 20 empresas tiveram seus percentuais médios de divulgação classificados como regulares, por terem divulgado uma média de 7 quesitos; 18 empresas tiveram seus percentuais médios de divulgação classificados como bom, pois divulgaram uma média de 8 quesitos e somente 7 das empresas tiveram seus percentuais médios de divulgação classificados como ótimos, pois as mesmas divulgaram em média 9 quesitos.

5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Com relação às limitações, pode-se dizer que estas se dão pelo aspecto subjetivo da presente pesquisa, principalmente na classificação dos dados, onde as informações incompletas foram consideradas como não divulgadas, já que não atenderam completamente o que está estabelecido no CPC 21.

Outra limitação nesta pesquisa, que se faz importante ressaltá-la foi que a mesma se limitou a análise binária da divulgação, desta forma, analisou-se somente se foi divulgado ou não, cada item do instrumento de coleta de dados, sendo assim uma análise de forma quantitativa.

Também se caracterizou como fator limitante, o fato da empresa OGX PETRÓLEO E GÁS S.A., ter iniciado suas divulgações trimestrais somente no ano de 2014, por este motivo a mesma foi excluída da amostra.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar os índices de divulgação das empresas com relação às demonstrações contábeis intermediárias, de acordo com as exigências estabelecidas no Pronunciamento Técnico, CPC 21.

Para que se pudesse chegar ao resultado foram analisadas 384 notas explicativas e 384 demonstrações financeiras, referente aos trimestres do ano de 2013 e 2014.

Elaborou-se 12 quesitos para a análise de divulgação trimestral com a amostra de 64 empresas, chegando aos seguintes resultados em 2013 no 1º trimestre foi divulgado um percentual médio 53,91%, no 2º trimestre foi divulgado um percentual de médio de 53,26% e no 3º trimestre foi o período que as empresas mais divulgaram um percentual médio de 54,69%. No ano de 2014, no 1º trimestre foi divulgado um percentual médio de 55,08%, no 2º trimestre as empresas divulgaram um percentual médio de 54,95%, e no 3º trimestre as empresas divulgaram um percentual médio de 55,08%.

E através da análise dos quesitos pode-se observar que o quesito mais divulgado foi o Quesito 5, isto significa que as entidades estão incluindo uma declaração nas notas explicativas de que a política contábil e método de cálculo utilizados nas demonstrações contábeis intermediárias são os mesmos das demonstrações contábeis anuais. E pode-se observar também, que o quesito menos divulgado foi o Quesito 7, que verifica se entidade está divulgando em nota explicativa a natureza e os montantes dos itens não usuais em função de sua natureza, tamanho e incidência que afetam os ativos, os passivos, o patrimônio líquido, o resultado líquido ou os fluxos de caixa.

Após a realização das análises, realizadas com base nos quesitos elaborados para a realização desta pesquisa, pode-se concluir que as 63 empresas utilizadas todas elas estão divulgando as demonstrações contábeis intermediárias, porém não estão atendendo a todos as obrigatoriedades exigidas no CPC 21.

Esta pesquisa sobre as demonstrações contábeis intermediárias foi difícil de realizar, pois o assunto tratado é recente e se dispõe de poucos conhecimentos sobre o assunto, por este motivo não foram encontradas pesquisas feitas sobre o tema. Devido a isso, se sugere mais pesquisas sobre este assunto, que por meio de novas investigações e estudos analisados, os

usuários da informação possam ter uma melhor compreensão sobre o mesmo, principalmente para os acadêmicos da área contábil. Assim, recomenda-se que sejam realizadas pesquisas buscando analisar períodos mais longos; verificar fatores que influenciam na divulgação das empresas no que diz respeito a demonstrações contábeis intermediárias; e ainda buscando ampliar a amostra, com intuito de corroborar ou refutar os resultados desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BMF&BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo. **Empresas listadas**. 2015. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 04/05/2015.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Circular nº 2.990**. Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e remessa de informações financeiras trimestrais. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2000/pdf/circ_2990_v2_L.pdf>. Acesso em: 23/05/2015.

_____. Banco Central do Brasil. **CMN - Conselho Monetário Nacional**. 2015. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?CMN>>. Acesso em: 23/05/15.

_____. Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação CVM Nº 673**, de 20 de outubro de 2011. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de demonstração intermediária. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/anexos/deli/0600/deli673.pdf>>. Acesso em: 23/03/2015.

_____. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da União, Brasília– 17 de dezembro de 1976, Seção 1 - Suplemento, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 02/03/2015.

_____. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da União, Brasília - Edição Extra – 28 de dezembro de 2007, Seção 1, p.2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em: 05/03/2015.

_____. **Lei nº 11.941**, de 27 de maio de 2009. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em:
<<https://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/2009/lei11941.htm>>. Acesso em: 27/10/2015.

BUENO, Elisa Andréia Basto da Silva; MACEDO, Fabiana da Silva; OLIVEIRA, Eliane Vargas Garcia de. Relatórios financeiros intermediários conforme as normas do IASB. **Interatividade - Revista de pesquisas e estudos acadêmicos**, v. 2, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.firb.br/editora/index.php/interatividade/article/view/118>>. Acesso em: 02/05/2015.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Conceitual Básico CPC 00 (R1)**. Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil - financeiro, 2011. Disponível em:
<http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 23/03/2015.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)**. Demonstração do Fluxo de Caixa, 2010. Disponível em:
<http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2004.pdf>. Acesso em: 27/10/2015.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 09**. Demonstração do Valor Adicionado. 2008. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf>. Acesso em: 27/10/2015.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1)**. Demonstração Intermediária, 2011. Disponível em:
<http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/288_CPC_21_R1_rev%2004.pdf>. Acesso em: 02/05/2015.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1)**. Apresentação das Demonstrações Contábeis, 2011. Disponível em:
<http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2003.pdf>. Acesso em: 02/05/15.

FERRARI, Ed Luiz. **Contabilidade Geral: Teoria e 950 Questões**. 4º Ed. Rio de Janeiro. Editora Impetus, 2003, 853pg.

FUJI, Alessandra Hirano; SLOMSKI, Valmor. Subjetivismo responsável: necessidade ou ousadia no estudo da contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças**. vol. 14, n.33, set./dez., São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772003000300003&script=sci_arttext>. Acesso em:26/05/2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 12. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUEDES, Teresinha Aparecida; MARTINS, Ana Beatriz Tozzo; ACORSI, Clédina Regina Lonardan; JANEIRO, Vanderly. **Estatística descritiva**. 2005. Disponível em: <http://www.each.usp.br/rvicente/Guedes_etal_Estatistica_Descritiva.pdf>. Acesso em: 22/10/2015.

IUDÍCIBUS, S., MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC.São Paulo. Atlas. 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 16º Ed. São Paulo. Editora Atlas, 2012, 531 pg.

MENEZES, Estera Muszkat; SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, ed. 4, rev. atual, 138p. 2005.

MORAES, Eliene Aparecida de. **Ambiente regulatório e evidenciação social**: uma análise das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. 2014, 111f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, UnB/UFPB/UFRN, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17106/1/2014_ElieneAparecidaDeMoraes.pdf>. Acesso em: 26/05/2015.

NASCIMENTO, Auster Moreira e REGINATO, Luciane. **Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional**: uma relação necessária. 2008. Disponível em: <<http://gorila.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/979>>. Acesso em:28/10/2015.

NASCIMENTO, Cíntia Tiago do; MARQUEZ, Eneida Moreira Lício; BORGES, Francielle Arantes; BOTINHA, Reiner Alves; LEMES, Sirlei. IAS 34: a atualização das informações divulgadas por empresas de capital aberto no Brasil. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Unoesc, v. 10, n. 1, p. 111-128, jan./jun. 2011. Disponível em: <www.spell.org.br/documentos/download/37620>. Acesso em: 06/11/2015.

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade. **NBC TG 21 - Demonstração Intermediária**. 2011. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=nbc-tg-21>>. Acesso em 08/05/2015.

PASSOS, Quismara Corrêa dos. **A importância da contabilidade no processo de tomada de decisão nas empresas**. Artigo (Graduação em Ciências Contábeis) – Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25741>>. Acesso em: 26/05/2015.

SÁ, Antônio Lopes de; SÁ, Ana Maria Lopes de. **Dicionário de contabilidade**, ed. 11. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

TEIXEIRA, Enise Barth. **A análise de dados na pesquisa científica importância e desafios em estudos organizacionais**. jul./dez., 2003. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/download/20204>>. Acessado em 22/10/2015.

UNIVERSIDADE DE RIO VERDE. **Normas e padrões para elaboração de trabalhos acadêmicos**. 2005. 58f. Disponível em: <http://www.fesurv.br/imgs/norm_pad_elab_trab_acad.pdf>. Acesso em 02/04/2015.

VAZ, Andréia Carneiro; GONÇALVES, Rodrigo de Souza; NIYAMA, Jorge Katsumi; GONÇALVES, Andréa de Oliveira. Análise comparativa sobre informações voluntárias divulgadas: o social *disclosure* das empresas latino-americanas listadas na NYSE. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v.4, n.1, art.3, p.38-59, jan./abr., 2010. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/147/71>>. Acesso em: 26/05/2015.